

**ANO II - EDIÇÃO Nº 288 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO:** Palmas, Quarta-Feira, 24 de maio de 2017

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### PORTARIA Nº 327/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010,

#### RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR as servidoras MARIA HELENA LIMA PEREIRA NEVES, matrícula nº 81207 e ELINE NUNES CARNEIRO, matrícula nº 119513, para, em substituição, exercerem o cargo em comissão de Chefe do Departamento Administrativo, nos períodos de 05 a 24 de junho de 2017 e 25 de junho a 04 de julho de 2017, respectivamente, durante afastamento do servidor Enoque Barbosa de Sousa, titular do cargo.

#### PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 22 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 328/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010;

#### RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor PAULO EVANGELISTA SILVA, Técnico Ministerial, matrícula nº 83508, para, em substituição, exercer o cargo de Encarregado de Área, no período de 19/05/2017 a 05/06/2017, durante a licença por motivo de doença em pessoa da família da titular do cargo Fabiana Oliveira dos Santos.

#### PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 22 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 329/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais e considerando a

anuência dos Promotores de Justiça da Comarca de Araguaína, Rodrigo Grisi Nunes e Valéria Buso Rodrigues Borges, firmada por meio do Ofício nº 115/2017, de 19 de maio de 2017;

#### RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECEER lotação provisória à servidora ALDA LOPES DA SILVA, Analista Ministerial - Especialidade Ciências Jurídicas, matrícula nº 84208, na 10ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO, no período de 22 de maio a 16 de junho de 2017.

#### PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 22 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2017.0701.00153

ASSUNTO: Homologação de Procedimento Licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento de extintores de incêndio, suportes de parede, placas fotoluminescentes, luminárias de emergência e na prestação de serviços de recargas e testes hidrostáticos.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

**DESPACHO Nº 239/2017** – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 4, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, devidamente cumpridos os requisitos previstos no inciso VI do art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 7.892/2013, bem como nos Atos PGJ nº 014/2013 e nº 021/2016, e considerando as manifestações favoráveis proferidas no Parecer Administrativo nº 071/2017, às fls. 203/205, oriundo da Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 036/2017, às fls. 206/208, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, referentes ao procedimento licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento de extintores de incêndio, suportes de parede, placas fotoluminescentes, luminárias de emergência e na prestação de serviços de recargas e testes hidrostáticos, destinados ao atendimento das necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, das demais Promotorias de Justiça da Capital e das Promotorias de Justiça do Interior, que ocorreu na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, sob a forma de Sistema de Registro de Preços, conforme Pregão Presencial nº 006/2017, HOMOLOGO o resultado do dito certame, no qual foram adjudicadas as propostas das seguintes empresas licitantes vencedoras: EXTINCÊNDIO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA – itens 01 a 10; R/C CARTUCHOS, INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA – itens 11 a 15, em conformidade com a Ata da Sessão Pública, acostada às

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO**  
Chefe de Gabinete da PGJ

**MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA**  
Promotora Assessora do PGJ

**UILITON DA SILVA BORGES**  
Diretor-Geral

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Corregedor-Geral

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Corregedora-Geral Substituta

**OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR**  
Promotor-Corregedor

**PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO**  
Promotor-Corregedor

**FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA**  
Chefe de Gabinete

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Colégio de Procuradores

**ELAINE MARCIANO PIRES**  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Colégio de Procuradores

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES**  
Procuradora de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Procurador de Justiça

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora de Justiça

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Procurador de Justiça

**RICARDO VICENTE DA SILVA**  
Procurador de Justiça

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Procuradora de Justiça

### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Conselho

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Membro - Secretário do Conselho

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Membro - Corregedor-Geral do MPE

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Membro

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6  
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO  
Telefone: (63) 3216-7600

fls. 165/167, do Pregão Presencial em referência, apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Propostas de Preços acostadas às fls. 132/133 e 198/199, respectivamente. Determino a lavratura da respectiva Ata de Registro de Preços. Sigam-se os ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 23 de maio de 2017.

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Recesso natalino  
INTERESSADO: JOÃO EDSON DE SOUZA

**DESPACHO Nº 240/2017** - À vista do que consta das informações consignadas nos assentamentos funcionais do Membro adiante nominado, DEFIRO, nos termos da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, art. 17, inciso V, alínea "h", item 1, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça JOÃO EDSON DE SOUZA para conceder-lhe 06 (seis) dia de folga, no período de 05 a 10 de junho de 2017, referente aos dias que permaneceu em exercício durante o recesso natalino de 2016/2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 23 de maio de 2017.

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

### TERMO DE APOSTILAMENTO

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

APOSTILAR o Contrato nº 039/2009 constante das fls. 56/60, respectivamente, do Processo nº 2009.0701.00584, com a finalidade de altera a conta bancária, passando a vigorar do seguinte modo:

ONDE SE LÊ:

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 – O pagamento será feito mensalmente em moeda corrente, mediante ordem Bancária, até o 15º (décimo quinto) dia útil subsequente ao vencimento do mês de ocorrência da ocupação, via depósito bancário no Banco Bradesco, Agência n.º 0262, Conta Corrente n.º. 12.259-9.

LEIA-SE:

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 – O pagamento será feito mensalmente em moeda corrente, mediante ordem Bancária, até o 15.º (décimo quinto) dia útil subsequente ao vencimento do mês de ocorrência da ocupação, via depósito bancário no Banco do Brasil, Agência n.º 0862-1, Conta Poupança Variação 51 n.º. 27.461-5.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 23 de maio de 2017.

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

**TERMO DE APOSTILAMENTO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, REFERENTE AO CONTRATO Nº 022/2015 – LOCAÇÃO DE IMÓVEL CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E A SR. MARIA CÉLIA MILHOMEM MARINHO SILVA.**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições, resolve APOSTILAR o Contrato nº 022/2015, compulsando a documentação acostada no processo administrativo em epígrafe e acolhendo a justificativa colacionada, fica reajustado o pacto, firmado em 09 de abril de 2015.

PROCESSO: 2015/0701/00101

CONTRATADO: MARIA CÉLIA MILHOMEM MARINHO SILVA

OBJETO: Locação de imóvel para abrigar a sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Axixá-TO

EMBASAMENTO LEGAL: Cláusula segunda Contrato nº 022/2015 combinado com parágrafo 8º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

PARECER JURÍDICO: 035/2017

VALOR DA LOCAÇÃO	R\$ 1.659,60
------------------	--------------

ÍNDICE DE REAJUSTE ACUMULADO (IGP-M/FGV)	3,37%
--	-------

VALOR REAJUSTADO DA LOCAÇÃO	R\$ 55,93
-----------------------------	-----------

VALOR DA LOCAÇÃO REAJUSTADO A PARTIR DE 09.04.2017	R\$ 1.715,53
--	--------------

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 22 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

**TERMO DE APOSTILAMENTO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, REFERENTE AO CONTRATO Nº 038/2015 – CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA E A IPANEMA EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS E TRANSPORTES LTDA.**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições, resolve APOSTILAR o Contrato nº 038/2015, compulsando a documentação acostada no processo administrativo em epígrafe e acolhendo a justificativa colacionada, fica reajustado o pacto, firmado em 29 de junho de 2015.

PROCESSO: 2015/0701/00039

CONTRATADO: IPANEMA EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 00.588.541/0004-25.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de copa, cozinha, limpeza, manutenção, conservação, jardinagem, serviços gerais e portaria, compreendendo o fornecimento de materiais/equipamentos, uniformes, ferramentas e EPIs necessários à execução dos serviços, com o fim de atender as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça e Promotorias de Justiça do interior do Estado do Tocantins, conforme discriminado no Anexo II (Termo de Referência) do edital do Pregão Presencial nº 005/2015, Processo administrativo nº 2015.0701.00039, parte integrante do presente instrumento.

EMBASAMENTO LEGAL: Cláusula décima primeira do Contrato nº 038/2015 combinado com parágrafo 8º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

**ÍNDICE DE REAJUSTE: Convenção Coletiva de Trabalho – CTT (2017/2018)**

**VALOR REAJUSTADO DO CONTRATO**

TABELA 1 – NECESSIDADE IMEDIATA						
Nº	LOCALIDADE/PROMOTORIAS	MÃO-DE-OBRA/CATEGORIA	QT	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL	
					MENSAL	ANUAL
1	Almas	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.771,28	R\$ 2.771,28	R\$ 33.255,36
2	Alvorada	Receptionista	1	R\$ 3.020,64	R\$ 3.020,64	R\$ 36.247,68
3	Alvorada	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.771,28	R\$ 2.771,28	R\$ 33.255,36
4	Ananas	Receptionista	1	R\$ 3.020,64	R\$ 3.020,64	R\$ 36.247,68
5	Ananas	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.771,28	R\$ 2.771,28	R\$ 33.255,36
6	Araguacema	Receptionista	1	R\$ 3.020,64	R\$ 3.020,64	R\$ 36.247,68
7	Araguaçu	Receptionista	1	R\$ 3.091,09	R\$ 3.091,09	R\$ 37.093,08
8	Araguaçu	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.835,92	R\$ 2.835,92	R\$ 34.031,04
9	Araguaína	Artífice de Manutenção	1	R\$ 4.615,86	R\$ 4.615,86	R\$ 55.990,32
10	Araguaína	Copeiro	1	R\$ 2.662,67	R\$ 2.662,67	R\$ 31.952,04
11	Araguaína	Porteiro	1	R\$ 3.109,24	R\$ 3.109,24	R\$ 37.310,88
12	Araguaína	Servente de Limpeza	3	R\$ 2.869,15	R\$ 8.607,45	R\$ 103.289,40
13	Araguatins	Receptionista	1	R\$ 3.020,64	R\$ 3.020,64	R\$ 36.247,68
14	Araguatins	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.771,28	R\$ 2.771,28	R\$ 33.255,36
15	Arapoema	Receptionista	1	R\$ 3.020,64	R\$ 3.020,64	R\$ 36.247,68
16	Arapoema	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.771,28	R\$ 2.771,28	R\$ 33.255,36
17	Arraias	Receptionista	1	R\$ 3.055,46	R\$ 3.055,46	R\$ 36.665,52
18	Arraias	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.803,23	R\$ 2.803,23	R\$ 33.638,76
19	Augustinópolis	Receptionista	1	R\$ 3.091,09	R\$ 3.091,09	R\$ 37.093,08
20	Augustinópolis	Servente de Limpeza	2	R\$ 2.835,92	R\$ 5.671,84	R\$ 68.062,08
21	Aurora do Tocantins	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.771,28	R\$ 2.771,28	R\$ 33.255,36
22	Axixá	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.835,92	R\$ 2.835,92	R\$ 34.031,04
23	Colinas	Receptionista	1	R\$ 3.091,09	R\$ 3.091,09	R\$ 37.093,08
24	Colinas	Servente de Limpeza	2	R\$ 2.835,92	R\$ 5.671,84	R\$ 68.062,08
25	Colmeia	Receptionista	1	R\$ 3.055,46	R\$ 3.055,46	R\$ 36.665,52
26	Colmeia	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.803,23	R\$ 2.803,23	R\$ 33.638,76
27	Cristalândia	Receptionista	1	R\$ 3.020,64	R\$ 3.020,64	R\$ 36.247,68
28	Cristalândia	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.771,28	R\$ 2.771,28	R\$ 33.255,36
29	Dianópolis	Receptionista	1	R\$ 3.020,64	R\$ 3.020,64	R\$ 36.247,68
30	Dianópolis	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.771,28	R\$ 2.771,28	R\$ 33.255,36
31	Figueirópolis	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.771,28	R\$ 2.771,28	R\$ 33.255,36
32	Filadélfia	Receptionista	1	R\$ 3.055,46	R\$ 3.055,46	R\$ 36.665,52
33	Formoso do Araguaia	Receptionista	1	R\$ 3.020,64	R\$ 3.020,64	R\$ 36.247,68
34	Formoso do Araguaia	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.771,28	R\$ 2.771,28	R\$ 33.255,36
35	Goiatins	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.835,92	R\$ 2.835,92	R\$ 34.031,04
36	Guaraí	Receptionista	1	R\$ 3.020,64	R\$ 3.020,64	R\$ 36.247,68
37	Guaraí	Servente de Limpeza	2	R\$ 2.771,28	R\$ 5.542,56	R\$ 66.510,72
38	Gurupi	Copeiro	1	R\$ 2.724,77	R\$ 2.724,77	R\$ 32.697,24
39	Gurupi	Porteiro	1	R\$ 3.181,76	R\$ 3.181,76	R\$ 38.181,12
40	Gurupi	Servente de Limpeza	2	R\$ 2.936,07	R\$ 5.872,14	R\$ 70.465,68
41	Itacajá	Receptionista	1	R\$ 3.091,09	R\$ 3.091,09	R\$ 37.093,08
42	Itacajá	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.835,92	R\$ 2.835,92	R\$ 34.031,04
43	Itaguaçu	Receptionista	1	R\$ 3.091,09	R\$ 3.091,09	R\$ 37.093,08
44	Itaguaçu	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.835,92	R\$ 2.835,92	R\$ 34.031,04
45	Miracema	Receptionista	1	R\$ 3.020,64	R\$ 3.020,64	R\$ 36.247,68
46	Miracema	Servente de Limpeza	2	R\$ 2.771,28	R\$ 5.542,56	R\$ 66.510,72
47	Miranorte	Receptionista	1	R\$ 3.020,64	R\$ 3.020,64	R\$ 36.247,68
48	Miranorte	Servente de Limpeza	2	R\$ 2.771,28	R\$ 5.542,56	R\$ 66.510,72
49	Natividade	Receptionista	1	R\$ 3.055,46	R\$ 3.055,46	R\$ 36.665,52
50	Natividade	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.803,23	R\$ 2.803,23	R\$ 33.638,76
51	Novo Acordo	Receptionista	1	R\$ 3.020,64	R\$ 3.020,64	R\$ 36.247,68
52	Novo Acordo	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.771,28	R\$ 2.771,28	R\$ 33.255,36
53	Palmas	Ajudante de Artífice	5	R\$ 2.716,70	R\$ 13.583,50	R\$ 163.002,00
54	Palmas	Artífice de Manutenção	4	R\$ 4.710,29	R\$ 18.841,16	R\$ 226.093,92
55	Palmas	Copeiro	7	R\$ 2.711,55	R\$ 18.980,85	R\$ 227.770,20
56	Palmas	Encarregado	1	R\$ 4.782,90	R\$ 4.782,90	R\$ 57.394,80
57	Palmas	Jardineiro	1	R\$ 3.686,54	R\$ 3.686,54	R\$ 44.238,48
58	Palmas	Porteiro	5	R\$ 3.168,52	R\$ 15.842,60	R\$ 190.111,20
59	Palmas	Servente de Limpeza	20	R\$ 2.922,85	R\$ 58.457,00	R\$ 701.484,00
60	Paraisópolis	Porteiro	1	R\$ 3.097,91	R\$ 3.097,91	R\$ 37.174,92
61	Paraisópolis	Servente de Limpeza	2	R\$ 2.835,92	R\$ 5.671,84	R\$ 68.062,08
62	Paraná	Receptionista	1	R\$ 3.091,09	R\$ 3.091,09	R\$ 37.093,08
63	Paraná	Servente de Limpeza	2	R\$ 2.835,92	R\$ 5.671,84	R\$ 68.062,08
64	Pedro Afonso	Receptionista	1	R\$ 3.091,09	R\$ 3.091,09	R\$ 37.093,08
65	Pedro Afonso	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.835,92	R\$ 2.835,92	R\$ 34.031,04
66	Peixe	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.835,92	R\$ 2.835,92	R\$ 34.031,04
67	Pium	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.835,92	R\$ 2.835,92	R\$ 34.031,04
68	Ponte Alta	Receptionista	1	R\$ 3.091,09	R\$ 3.091,09	R\$ 37.093,08
69	Ponte Alta	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.835,92	R\$ 2.835,92	R\$ 34.031,04
70	Porto Nacional	Copeiro	1	R\$ 2.624,63	R\$ 2.624,63	R\$ 31.495,56
71	Porto Nacional	Porteiro	1	R\$ 3.097,91	R\$ 3.097,91	R\$ 37.174,92
72	Porto Nacional	Servente de Limpeza	3	R\$ 2.835,92	R\$ 8.507,76	R\$ 102.093,12
73	Taguatinga	Receptionista	1	R\$ 3.020,64	R\$ 3.020,64	R\$ 36.247,68
74	Taguatinga	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.771,28	R\$ 2.771,28	R\$ 33.255,36
75	Tocantins	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.771,28	R\$ 2.771,28	R\$ 33.255,36
76	Tocantinópolis	Receptionista	1	R\$ 3.091,09	R\$ 3.091,09	R\$ 37.093,08
77	Tocantinópolis	Servente de Limpeza	2	R\$ 2.835,92	R\$ 5.671,84	R\$ 68.062,08
78	Wanderlândia	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.771,28	R\$ 2.771,28	R\$ 33.255,36
79	Xambioá	Receptionista	1	R\$ 3.091,09	R\$ 3.091,09	R\$ 37.093,08
80	Xambioá	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.835,92	R\$ 2.835,92	R\$ 34.031,04
TOTAL					R\$ 385.231,40	R\$ 4.622.776,80

**TABELA 2 – OCORRERÁ DE ACORDO COM A NECESSIDADE DE OCUPAÇÃO DE POSTOS A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO E MEDIANTE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.**

Nº	LOCALIDADE/PROMOTORIAS	MÃO-DE-OBRA/CATEGORIA	QT	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL	
					MENSAL	ANUAL
1	Almas	Receptionista	1	R\$ 3.020,64	R\$ 3.020,64	R\$ 36.247,68
2	Aurora do Tocantins	Receptionista	1	R\$ 3.020,64	R\$ 3.020,64	R\$ 36.247,68
3	Araguaína	Receptionista	1	R\$ 3.063,35	R\$ 3.063,35	R\$ 36.760,20
4	Araguacema	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.771,28	R\$ 2.771,28	R\$ 33.255,36
5	Axixá	Receptionista	1	R\$ 3.091,09	R\$ 3.091,09	R\$ 37.093,08
6	Colinas	Receptionista	1	R\$ 3.091,09	R\$ 3.091,09	R\$ 37.093,08
7	Figueirópolis	Receptionista	1	R\$ 3.020,64	R\$ 3.020,64	R\$ 36.247,68
8	Filadélfia	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.803,23	R\$ 2.803,23	R\$ 33.638,76
9	Goiatins	Receptionista	1	R\$ 3.091,09	R\$ 3.091,09	R\$ 37.093,08
10	Gurupi	Receptionista	1	R\$ 3.174,51	R\$ 3.174,51	R\$ 38.094,12
11	Palmas	Receptionista	1	R\$ 3.161,27	R\$ 3.161,27	R\$ 37.935,24
12	Palmeirópolis	Receptionista	1	R\$ 3.091,09	R\$ 3.091,09	R\$ 37.093,08
13	Palmeirópolis	Servente de Limpeza	1	R\$ 2.835,92	R\$ 2.835,92	R\$ 34.031,04

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

14	Paraíso do Tocantins	Recepcionista	1	R\$ 3.091,09	R\$ 3.091,09	R\$ 37.093,08
15	Pedro Afonso	Recepcionista	1	R\$ 3.091,09	R\$ 3.091,09	R\$ 37.093,08
16	Peixe	Recepcionista	1	R\$ 3.091,09	R\$ 3.091,09	R\$ 37.093,08
17	Plum	Recepcionista	1	R\$ 3.091,09	R\$ 3.091,09	R\$ 37.093,08
18	Porto Nacional	Recepcionista	1	R\$ 3.091,09	R\$ 3.091,09	R\$ 37.093,08
19	Tocantinópolis	Recepcionista	1	R\$ 3.091,09	R\$ 3.091,09	R\$ 37.093,08
20	Tocantínia	Recepcionista	1	R\$ 3.020,64	R\$ 3.020,64	R\$ 36.247,68
21	Wanderlândia	Recepcionista	1	R\$ 3.020,64	R\$ 3.020,64	R\$ 36.247,68
<b>TOTAL</b>					R\$ 63.823,66	R\$ 765.883,92

TABELA 3 – DIÁRIAS

DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
Diária – Artífice/Ajudante de Artífice	R\$ 211,36

VALOR DA CONTRATAÇÃO REAJUSTADO A PARTIR DE 01/01/2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 22 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

## DIRETORIA-GERAL

Processo n.º: 2017.0701.00242

Assunto: Flexibilização da Jornada de Trabalho

Interessada: Joseilda Pereira Bilio

**DECISÃO Nº. 060/2017** – Acolho, na íntegra, o Parecer nº. 091/2017, datado de 22 de maio de 2017, de fls. 11/14, da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral desta Procuradoria-Geral de Justiça. Por força do Ato nº. 033/2017, art. 2º, inciso I, alínea “b” e parágrafo único; da Resolução nº 008/2015/CPJ, art. 97, inciso XV (Regimento Interno do MPE/TO) e nos termos do art. 3º, § 1º, do Ato PGJ nº 056/2015, DEFERIMOS o pedido formulado pela servidora JOSEILDA PEREIRA BILIO, concedendo-lhe flexibilização da jornada de trabalho conforme solicitado, das 08h às 15hs, tendo em vista que o chefe imediato, o Promotor de Justiça, Dr. Benedicto Oliveira Guedes Neto, ressaltou à fl. 04 estar ciente e concordar com o requerimento da servidora.

Cientifiquem-se a servidora e a chefia imediata dos termos da presente Decisão.

Publique-se no D.O.M.P.E.

Arquive-se temporariamente os autos no Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.

Cumpra-se.

Palmas, 22 de maio de 2017.

Francisco Rodrigues de Souza Filho  
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete  
P.G.J

Uiliton da Silva Borges  
Diretor-Geral  
PGJ

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### AVISO DE PREGÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins torna público que fará realizar na Sala de Licitações no 2º Piso, do Prédio Sede do Ministério Público, sito à Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 4, Palmas/TO, no dia 13/06/2017, às 09h30min

(nove horas e trinta minutos), a abertura do Pregão Presencial nº 013/17, processo nº 2017/0701/00171, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, destinados ao atendimento das necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, das Promotorias de Justiça da Capital e do Interior do Estado do Tocantins. O edital está disponível no sítio: [www.mpto.mp.br](http://www.mpto.mp.br).

Palmas-TO, 23 de maio de 2017.

Ricardo Azevedo Rocha  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

## 9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

Tutela da Infância e Juventude  
Av. Neief Murad, Chácara 47-A, St. Noroeste, Araguaína/TO,  
CEP: 77800-000, Tel. (63) 3414-8509  
E-mail: [sidneyjunior@mpto.mp.br](mailto:sidneyjunior@mpto.mp.br)

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO 05-IC/2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº 041/2017.

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Promotor Sidney Fiori Junior.

FUNDAMENTOS: art. 4 da Lei 8.069/90, art. 127, 129, II e III, da CF/88.

ORIGEM: Representado por Simone de Sousa Melo.

FATOS EM APURAÇÃO: Visa apurar a possibilidade de implantação das “Salas de Acolhimento”, a fim de auxiliar os pais que precisam levar os filhos consigo durante às aulas.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína 17 de maio de 2017.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO 094/2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº 042/2017.

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Promotor Sidney Fiori Junior.

FUNDAMENTOS: art. 4 da Lei 8.069/90, art. 127, 129, II e III, da CF/88.

ORIGEM: Representado pela Associação dos Moradores do Povoado Brejão.

FATOS EM APURAÇÃO: Visa apurar a denúncia de irregularidades na implantação da unidade escolar no Povoado Pilões, no cidade de Araguaína/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína 17 de maio de 2017.

## 23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

### EXTRATO DE PORTARIA DE ADITAMENTO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna público o aditamento da Portaria de instauração do Inquérito Civil Público autuado sob o nº. 2017.3.29.23.0030, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA nº. 30/2017-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal; art. 10, §1º, Resolução nº. 003/2008-CSMP.

OBJETO: Promover o ADITAMENTO da Portaria IC nº. 03/2017/23ªPJC, a fim de incluir o ESTADO DO TOCANTINS, como investigado pelos fatos apurados nos autos do Inquérito Civil Público nº. 2017.3.29.23.0047.

INVESTIGADOS: Estado do Tocantins, Município de Palmas/TO e Loja Maçônica Luz Pioneira de Palmas.

LOCAL E DATA DO ADITAMENTO: Palmas-TO, 11 de maio de 2017.

DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 22 de fevereiro de 2018.

## 28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

### EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 21, § 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência aos interessados do ARQUIVAMENTO dos autos do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 034/2017-28ªPJC (2017/2567), instaurado para apurar eventual irregularidade no atraso do repasse referente aos valores descontados dos servidores públicos estaduais, para pagamento do Vale Transporte ao SETURB, tendo em vista a ausência de ilegalidade ou dano ao Patrimônio Público Municipal. Informa ainda que, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão, as pessoas co-legitimadas, apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas, 22 de maio de 2017.

ADRIANO NEVES  
Promotor de Justiça

## 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

### EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 27/2016, em Inquérito

Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 19/2017

INVESTIGANTE: 6.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2.º, Inciso III, §§ 6º e 7.º, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 4.º, §§ 3.º e 4.º Resolução n.º 003/2008, do CSMP.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 27/2016 – 6ª PJ Gurupi-TO

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público / Garantias Constitucionais / Pessoas com deficiência.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar se os Municípios de Gurupi-TO, Cariri do Tocantins-TO, Crixás do Tocantins-TO e Dueré-TO, possuem Conselhos Municipais de Defesa de Pessoa com Deficiência, criados por lei municipal e em funcionamento.

REPRESENTANTE: Centro de Apoio da Cidadania dos Direitos Humanos e da Mulher – MP/TO

REPRESENTADOS: Municípios de Gurupi/TO, Cariri do Tocantins-TO, Crixás do Tocantins-TO e Dueré-TO

ÁREA DE ATUAÇÃO: Cidadania / Saúde Pública

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Gurupi-TO, 16 de maio de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 16/05/2018

## 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n.º 25/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 26/2017

INVESTIGANTE: Roberto Freitas Garcia, 8º Promotor de Justiça da Comarca de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2º. inciso II, e 7.º, § 2º, inciso I, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP; 3º, inciso II, e 19, § 2º, inciso I, da Resolução n.º 003/2008, do CSMP/TO.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia nº 16/2017 – 8PJG.

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público. Atos administrativos. Improbidade Administrativa. Violação aos Princípios da Administração Pública.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar suposta ocorrência de nepotismo no âmbito do Poder Executivo do Município de Aliança do Tocantins, em desconformidade com a Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal.

REPRESENTANTE: Denúncia anônima.

REPRESENTADO: Município de Aliança do Tocantins/TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 18/05/2017

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 17/05/2018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

## 9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 17/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 17/2017

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 051/08 e, por fim, Lei Federal nº 8.069/90.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 35/2017 – 9ª PJ-Gurupi-TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente (9633) / Seção Cível (9964) / Medidas de Proteção (11818).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar situação de risco e maus tratos do infante M.D.S.O (11 anos de idade), filho de Adriana de Souza Oliveira, residente nesse município de Gurupi-TO - (Lei Federal nº 8.069/90 – ECA).

REPRESENTANTE: Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Gurupi-TO.

REPRESENTADA: Adriana de Souza Oliveira.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 18 de maio de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 18/05/2018 (01 ano).

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 18/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 18/2017

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 051/08 e, por fim, Lei Federal nº 8.069/90.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 12/2017 – 9ª PJ-Gurupi-TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente (9633) / Seção Cível (9964) / Medidas de Proteção (11818).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar situação de risco e vulnerabilidade do adolescente L.F.S (16 anos de idade), o qual afirma encontrar-se abandonado sem apoio da família genética, residente nesse município de Gurupi-TO – (Lei Federal nº 8.069/90 – ECA).

REPRESENTANTE: Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Gurupi-TO.

REPRESENTADOS: Clodoaldo Moreira dos Santos e Alexandra Ferreira da Silva.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 18 de maio de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 18/05/2018 (01 ano).

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 19/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 19/2017

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 051/08 e, por fim, Lei Federal nº 8.069/90 (ECA).

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 06/2017 – 9ª PJ-Gurupi-TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente (9633) / Seção Cível (9964) / Medidas de Proteção (11818).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar suposta situação de risco e vulnerabilidade do adolescente M.S.R (15 anos de idade), o qual apresenta comportamento indisciplinado e agressivo contra a sua avó paterna, a senhora Josefa de Fátima Gomes, fato este ocorrido no município de Gurupi-TO

REPRESENTANTE: Josefa de Fátima Gomes.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 18 de maio de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 18/05/18 (01 ano).

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 20/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 20/2017

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 051/08 e, por fim, Lei Federal nº 8.069/90.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 24/2017 – 9ª PJ-Gurupi-TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente (9633) / Seção Cível (9964) / Medidas de Proteção (11818).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar necessidade de disponibilização de assistência social pelo Município de Gurupi à família da senhora Raquel Carvalho da Costa, mãe de 03 filhos e grávida de gêmeos, sendo que estes estão em situação de risco e vulnerabilidade - (Lei Federal nº 8.069/90 – ECA).

REPRESENTANTE: De Ofício.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 18 de maio de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 18/05/2018 (01 ano).

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 22/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 22/2017

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 051/08 e, por fim, Lei Federal nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 23/2017 – 9ª PJ-Gurupi-TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público (9985) / Garantias Constitucionais (9986) / Pessoa Idosa (11842) / Direitos e Garantias Fundamentais (900007) / Medidas de Proteção (900008).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar situação de vulnerabilidade pessoal e social, vivida pelo idoso Francisco Ferreira dos Santos (75 anos de idade), consistente em supostas ameaças e agressões psicológicas por seus vizinhos, residente no Setor Alto da Boa Vista, em Gurupi-TO (Lei Federal nº 10.741/2003).

REPRESENTANTE: Anônimo (Ouvidoria do MP/TO)

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 18 de maio de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 18/05/2018 (01 ano).

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 23/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 23/17

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 051/08 e, por fim, Lei Federal nº 10.741/2003.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 25/2017 – 9ª PJ-Gurupi-TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e Outros Temas de Direito Público (9985) / Garantias Constitucionais (9986) / Pessoa Idosa (11842) / Direitos e Garantias Fundamentais (900007) / Medidas de Proteção (900008).

FATO EM APURAÇÃO: Necessidade de prestação de assistência familiar e financeira pelos filhos à idosa Dorvalina dos Santos, com

91 anos de idade, acometida por demência e acamada há cerca de 07 anos, residente em Cariri do Tocantins.

REPRESENTANTES: Manoel Bispo dos Santos e Neuza dos Santos

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 18/05/17

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 18/05/18 (01 ano).

**2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TOCANTINÓPOLIS****EXTRATO DE PORTARIA DE ADITAMENTO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna público o aditamento ao Inquérito Civil nº 20/2017 a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA IC: nº 24/2016

INVESTIGANTE: 2ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis/TO.

FUNDAMENTOS: Art. 4º, parágrafo único, da resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 10, § 1º, da Resolução nº 03/08 do Conselho superior do Ministério Público do Tocantins.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Termos de Declarações

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar a indisponibilidade e deficiências na prestação do serviço de transporte escolar a alunos do Assentamento Vale do Piranha e do Povoado Cruz, no Município de Nazaré/TO.

INVESTIGADO: O Município de Nazaré/TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Tocantinópolis/TO, 09 de maio de 2017.

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIUM****EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente a Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do (s) fato (s) investigados (s).

PORTARIA Nº 46/2017

INVESTIGANTE: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIUM.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

ORIGEM: PIUM/TO.

INVESTIGADO: DELEGACIA DE POLÍCIA DE PIUM.

Pium/TO, 08 de maio de 2017.

Rua 03, Qd. 04, Lt. 04, Sala 04 - Pium-TO,  
CEP: 77570-000 Tel: (63) 3368-1201